



**1º TERMO DE ADITAMENTO AO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2023**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 024/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A O  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA**  
E A EMPRESA **MAYRA LANE BARBOSA**.

**DAS CONTRATANTES**

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvino Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pelo seu Gestor, **PAULO CESAR SISDELLI**, brasileiro, inscrito no CPF: 108.628.088-12, RG: 176138791 2ºVIA SSP/SP, residente e domiciliado na rua José Goes, nº 35, bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CONTRATANTE** e de outro a empresa **MAYRA LANE BARBOSA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida sito Av Rios dos Bois nº 4C QD-14 LT-12 Centro – Inaciolândia-GO, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.102.632/0001-79, representado pelo Sr. Gabriel Garcia do Nascimento, CPF nº 036.009.481-30, residente e domiciliado na cidade de Inaciolândia-GO, denominado **CREDENCIADO**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2023**, concernente ao processo administrativo nº. 2023010981.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.



### **Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica**

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº.8.666/93, de 21 de junho de 1993, “Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

### **Cláusula Segunda - Do Objeto**

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de valor e adequação de dotação ao contrato de prestação de serviços nº 024/2023, da Contratação de Empresa Jurídica para prestação de serviços especializados de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros, tudo conforme Termo de Referência.

### **Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;**

3.1. O valor original do Contrato de Credenciamento nº 024/2023-FMS, vigente nesta data é de **R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)**, para 12 meses de serviços prestados em 2024, que serão pagos da seguinte forma.

3.1.1. Valor mensal a ser pago para a prestação de serviços será de **R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)** mensais e perfazendo um total de **R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)** por 12 meses.

3.2. O valor total do termo aditivo é de **R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)** que serão pagos pela rubrica orçamentaria abaixo:

#### **Dotação:**

**05.0501.10.301.2052.2117 – 339034 – 107**

**05.0501.10.302.2052.2119 – 339034 – 102**





**JUSTIFICATIVA**

Este primeiro termo de aditivo ao Contrato nº 024/2023 decorre:

- a) Da continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;
- b) Da necessidade da Contratação de Empresa Jurídica para prestação de serviços especializados de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros, tudo conforme Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, objeto do Contrato Primitivo ser contínua, interrompê-lo pode causar prejuízo para a Administração Pública e aos Municípios;
- c) Do interesse público da necessidade administrativa e da vantagem para Administração Pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato original, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o inciso II, § 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 8.666/1993 dispõe esse mandamento que os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção da conclusão dos serviços. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2024.

Inaciolândia, aos 20 de dezembro de 2023.

  
**PAULO CESAR SISDELLI**  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde-FMS  
**CONTRATANTE**